



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

## Pró-Reitoria de Graduação Comissão Permanente do Vestibular

Campus Prof. João David Ferreira Lima – CEP 88040-900  
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina – Brasil – E-mail  
[coperve@coperve.ufsc.br](mailto:coperve@coperve.ufsc.br) - Fone (48) 3721-9951

### PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO – VESTIBULAR LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

Disciplina	Quantidade de questões
Conhecimentos Gerais	20 (vinte) questões objetivas
Língua Portuguesa	10 (dez) questões objetivas
Redação	Em Língua Indígena

#### PROVA OBJETIVA

A prova objetiva apresentará questões de conhecimentos gerais e língua portuguesa, versando sobre os seguintes temas:

#### **I – Conhecimentos Gerais**

Tema Geral

Brasil: Organização social, política e econômica; cultura; conflitos; globalização; localização geográfica; aspectos físicos; ecossistemas; biomas; divisão regional; população.

Populações Indígenas: Organização sociopolítica e territorial, e sistemas culturais dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica; legislação indigenista brasileira; história (do contato); Territórios; saúde.

#### **II – Língua Portuguesa**

Tema Geral

Compreensão e interpretação de texto:

- apreensão do significado global;
- dedução de ideias e pontos de vista implícitos;
- captação da argumentação do autor;
- diferenciação entre fatos e opiniões; e
- reconhecimento da função desempenhada por diferentes recursos gramaticais no texto.

#### REDAÇÃO EM LÍNGUA INDÍGENA

1. Produção de texto escrito na língua indígena de opção na inscrição: Guarani, Kaingang ou Xokleng-Laklãnõ.

1.1. O tema do texto versará sobre cultura e/ou educação escolar indígena.

2. A avaliação do texto observará:

2.1. adequação ao tema proposto;

2.2. adequação à modalidade escrita da língua indígena de opção;

2.3. articulação das partes do texto entre si e ao todo de maneira clara e coerente, distribuídas adequadamente em parágrafos;

2.4. encadeamento de ideias.

## Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. **Artigos da Constituição da República Federativa do Brasil relacionados aos indígenas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/cf.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. **Estatuto do Índio. Lei nº 6.001/1973**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm)>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm)>. Acesso em 1 out. 2021.

BRASIL, MEC. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015**. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32100518/do1-2015-01-08-resolucao-n-1-de-7-de-janeiro-de-2015-32100495](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32100518/do1-2015-01-08-resolucao-n-1-de-7-de-janeiro-de-2015-32100495)>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL, MEC. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL, MEC. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em ação de Educação Escolar Indígena**. Org. Luiz Donizete Benzi Grupioni. Brasília: MEC/SEF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Legislacao%20miolo.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL, MEC. **Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil? Programa Parâmetros em ação de Educação Escolar Indígena**. Org. Luiz Donizete Benzi Grupioni. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: <[http://www.academia.edu/955354/Quem\\_s%C3%A3o\\_quantos\\_s%C3%A3o\\_e\\_onde\\_est%C3%A3o\\_os\\_povos\\_ind%C3%ADgenas\\_e\\_suas\\_escolas\\_no\\_Brasil](http://www.academia.edu/955354/Quem_s%C3%A3o_quantos_s%C3%A3o_e_onde_est%C3%A3o_os_povos_ind%C3%ADgenas_e_suas_escolas_no_Brasil)>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996**: Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/1/1996, Página 265. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1775-8-janeiro-1996-431807-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1 out. 2021.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Características Gerais dos Indígenas. Resultados do Universo**. IBGE, 2012. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais (Ratificada pelo Brasil em 2002)**. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2021.